

VIRGINIA WOOLF E URSULA K. LE GUIN: ESCRITORAS DE UMA REALIDADE MAIS AMPLA

VIRGINIA WOOLF AND URSULA K. LE GUIN: WRITERS OF A LARGER REALITY

RESUMO

Enquanto escritoras de uma realidade mais ampla, Virginia Woolf (1882 - 1941) e Ursula K. Le Guin (1929 - 2018) foram, cada uma a seu tempo, romancistas e ensaístas que não se limitaram a enxergar as palavras e seus significados como correspondências fechadas, estanques. Compreendendo a arte da escrita pelas lentes do coletivo e da multiplicidade, ambas escreveram ficção como quem pretendia expandir o alcance das palavras e ampliar as metáforas que delas poderiam surgir. Este ensaio pretende investigar alguns dos pontos de contato entre Woolf e Le Guin, pensando em particular a conversa entre os escritos de não-ficção, “Sr. Bennett e Sra. Brown” (1924), escrito por Woolf, e a resposta póstuma de Le Guin no texto “Ficção Científica e a Sra. Brown” (1986). O desenvolvimento da segunda parte do ensaio se detém sobre as críticas de Woolf e Le Guin ao conceito de heroísmo, bem como as propostas de reformulação da narrativa “primordial” do herói nos termos de uma interdependência fundamental para a vida em sociedade, para a valorização da diferença (BUTLER, 2020; BRAIDOTTI, 2011).

Palavras-chave: Virginia Woolf. Ursula K. Le Guin. Interdependência.

ABSTRACT

As “writers of a larger reality”, Virginia Woolf (1882 - 1941) and Ursula K. Le Guin (1929 - 2018) were, each in their own time, novelists and essayists who were not limited to seeing words and their meanings as closed correspondences, watertight. Understanding the art of writing through the lens of the collective and of multiplicity, both wrote fiction as if to expand the reach of words and amplify the metaphors that could arise from them. This essay intends to investigate some of the points of contact between Woolf and Le Guin, thinking in particular the dialogue between the non-fiction writings, “Mr. Bennett and Mrs. Brown” (1924), written by Woolf, and Le Guin’s posthumous response in the text “Science Fiction and Mrs. Brown” (1986). The second part of the essay develops on Woolf and Le Guin’s criticisms of the concept of heroism, as well as proposals for reformulating the “primordial” narrative of the hero in terms of a fundamental interdependence for life in society, for the valuing of difference (BUTLER, 2020; BRAIDOTTI, 2011).

Keywords: Virginia Woolf. Ursula K. Le Guin. Interdependence.

Gabriel Leibold

Mestre em Literaturas de Língua Inglesa pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Doutorando pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). E-mail: gleibold6@gmail.com

I think the times are coming when we'll need writers who can see alternatives to what we live now, see through our fear stricken society and its obsessive technologies to other ways of being, and even imagine some real grounds for hope. We'll need writers who can remember freedom - poets, visionaries, the realists of a larger reality.

Ursula K. Le Guin

Your part is to insist that writers shall come down off their plinths and pedestals, and describe beautifully if possible, truthfully at any rate, our Mrs. Brown. (...) But the things she says and the things she does and her eyes and her nose and her speech and her silence have an overwhelming fascination, for she is, of course, the spirit we live by, life itself.

Virginia Woolf

Introdução: Seja bem-vinda, Sra. Brown

Enquanto escritoras de uma realidade mais ampla, Virginia Woolf (1882 - 1941) e Ursula K. Le Guin (1929 - 2018) foram, cada uma a seu tempo, romancistas e ensaístas que não se limitaram a enxergar as palavras e seus significados como correspondências fechadas, estanques. Compreendendo a arte da escrita pelas lentes do coletivo e da multiplicidade, ambas escreveram ficção como quem pretendia expandir o alcance das palavras e ampliar as metáforas que delas poderiam surgir. Na esteira desse raciocínio, a afirmação de Le Guin no discurso de recebimento do *National Book Award* em 2014, o qual figura como epígrafe deste ensaio, de que serão necessárias escritoras e escritores capazes de “lembrar da liberdade”, artistas engajadas com a construção de “uma realidade mais ampla”, parece estar fundada no encontro radical com a diferença. Woolf, de maneira semelhante, permanece sempre atenta às diversas maneiras como a ficção é capaz de gerar estratégias para “discutir [conosco] a capacidade do espírito humano para desdobrar fronteiras e fazer, da multiplicidade, unidade” (WOOLF, 1938, p. 153).

Aparentemente distantes em seus respectivos projetos artísticos, Le Guin e Woolf se aproximam na medida em que estão comprometidas com uma realocação de perspectivas individualistas de maneira a voltá-las para o coletivo habitado por cada um de nós. O professor e pesquisador woolfiano, Davi Pinho, ao comentar o impulso conversacional na obra de Virginia Woolf o aponta como a possibilidade de um “método” filosófico na autora. Precisaríamos, portanto, entender que, entre Woolf e Le Guin, apesar de suas diferenças, propor “a conversa [significa] despertar para modos não hierarquizados de produzir conhecimento, [permitindo] também uma forma discronológica de retorno e coabitação – *conversari* – com os tempos passado e futuro” (PINHO, 2020, p. 14). Cada uma das autoras fez da sua arte ficcional espaço

de diálogo com suas respectivas tradições, bem como palco para a convocação de estéticas próprias, interessadas em uma voz autoral.

A segunda epígrafe deste ensaio foi extraída do texto “Sr. Bennet e Sra. Brown”, publicado em 1924 por Virginia Woolf. Nesse ensaio, Woolf reflete sobre a escrita ficcional, em particular a construção de romances, e como essa escrita depende - em grande parte - da capacidade das escritoras e escritores de conceber, desenvolver e, finalmente, escrever suas personagens. Durante parte do ensaio, Woolf reconstrói uma breve cena no qual ela se encontra no vagão de um trem, sentada em frente a uma senhora recostada no canto desse mesmo vagão. A essa senhora Woolf dá o nome fictício de Sra. Brown. Na sequência, uma rápida conversa entre a Sra. Brown e outro passageiro que se encontrava sentado ao seu lado acaba terminando em uma demonstração aberta do poder que esse homem exercia sobre a Sra. Brown, levando-a às lágrimas. Esse momento de profunda emoção e empatia por parte da narradora - a essa altura sozinha no vagão, sentada em frente à Sra. Brown - a leva a imaginar essa mesma senhora em diversas outras situações, ora em sua relação com um irmão, ora com um filho ou marido, ampliada enquanto sujeito pois lá estava ela, transbordando sua humanidade nas lágrimas que escorriam pelo seu rosto. Logo, a Sra. Brown tornara-se personagem da cena de Woolf, ampla em suas possibilidades de existência - relacionável e interconectada com o mundo que habitava. E, então, a Sra. Brown, com sua pequena bolsa de mão, sai do vagão, deixando nossa narradora com uma interrogação no olhar, sem saber o que se fará dessa senhora, tão ampla, tão real.

Devido ao título e ao trecho do ensaio que Woolf dedica para criticar a maneira como o escritor Arnold Bennett (1867 - 1931) constrói suas personagens, descrevendo-as mais do que deixando-as guiar sua jornada ao longo de seus romances, ele se tornou a mais comentada contraposição às propostas de Woolf com relação à construção de personagens e à valorização de experiências comuns como a senhora no trem com sua bolsa de mão. No entanto, outro dos autores sob a mira de Woolf em seu ensaio foi o popular escritor de ficção científica H. G. Wells (1866 - 1946), cuja extensa obra contempla clássicos do gênero como *A Máquina do Tempo* (1895) e *A Guerra dos Mundos* (1897), bem como controversas visões utópicas influenciadas pelos anos iniciais do século XX, em *Utopia Moderna* (1905) e *Homens como Deuses* (1923). As críticas de Woolf a H. G. Wells constroem-se precisamente em cima da ausência de qualquer personagem que, como afirma Woolf, se imponha sobre o leitor, sobre a leitora, fazendo-os ter vontade de saber mais, de se deixarem levar pela história por causa da figura que ocupa seu centro. É nesse sentido que Ursula K. Le Guin retorna para nossa conversa, quando afirma que

Um livro não vem para mim como uma ideia, ou como um enredo, ou como um evento, ou como uma sociedade, ou como uma mensagem; ele me vem como uma pessoa. Uma pessoa observável, vista a certa distância, geralmente em uma paisagem. O lugar está lá, a pessoa está lá. Eu não a inventei, eu não a criei do nada: ele ou

ela estão lá. E o meu trabalho é chegar até lá também. (LE GUIN, 1986, p. 107)¹

Essa presença de uma pessoa-personagem faz-se em cima de sua figuração enquanto guia da história, sendo ela uma personagem cujo encontro com a escritora faz desta última, ao mesmo tempo, anfitriã e acompanhante. Não é à toa a recuperação que faço aqui do ensaio de Le Guin intitulado “Ficção Científica e a Sra. Brown”, de 1986. Nesse texto, a conversa com Woolf é premissa para uma interrogação muito cara a Le Guin:

(...) deveria um livro de ficção científica ser um romance? Se isso for possível, seria, mesmo assim, recomendável que escritores e escritoras de ficção científica fossem também romancistas de personagem? Eu já afirmei que sim. Eu já admiti que, isso, para mim, é a razão de tudo. Que nenhuma outra forma de prosa, para mim, é capaz de remendar o romance. Que se não formos capazes de alcançar a Sra. Brown, nem que seja por um só momento, então todas as belas espaçonaves mais rápidas que a velocidade da luz, toda a ironia e imaginação e conhecimento e inventividade seriam em vão (...). (LE GUIN, 1986, p. 110)

Dessa maneira, a ficção científica enquanto gênero literário não ocupa, irrevogavelmente, a posição subalterna na qual a história da literatura (como determinada pela academia) quis colocá-la. Pelo contrário, o pleito de Le Guin é a relevância da ficção científica enquanto espaço de potência, isto é, como o gênero intensivo da escrita que a filósofa Rosi Braidotti (1954 -) enxerga em suas leituras de Virginia Woolf. Trata-se de uma escrita capaz de fazer de suas fronteiras, sejam elas externas ou internas, zonas de permeabilidade. Nas palavras da própria Braidotti, o gênero intensivo da escrita diz respeito à relação da autora com a criatividade; e “a criatividade é um processo (...) que implica o deslocamento ativo de formações dominantes de identidade, memória e identificação” (BRAIDOTTI, 2011, p. 151). O potencial imaginativo da escrita de ficção científica, para Le Guin, ocupa justamente essa posição de provocadora do “deslocamento ativo” de verdades previamente estabelecidas. A urgência pelas escritoras capazes de “lembrar da liberdade” também se constrói de modo a deslocar as premissas dominantes, organizadoras de nossas identidades, memórias e identificações de maneira mais ampla. É seguindo esse raciocínio que Le Guin finalmente pondera, mais uma vez retomando o ensaio de Woolf, agora em um de seus pontos mais instigantes – a reivindicação de uma nova ferramenta de escrita de personagem. Afinal,

(...) o que é a ficção científica no seu auge, senão justamente essa ‘nova ferramenta’ que Woolf declaradamente buscava há cinquenta

¹ Todas as traduções não indicadas nas referências bibliográficas são de minha autoria.

anos atrás, um protéico louco, uma chave inglesa para canhotos, que pudesse ser colocada em qualquer uso que o artesão tivesse em mente - sátira, extrapolação, previsão, absurdo, exatidão, exagero, alerta, portador de mensagens, contador de histórias, o que se quisesse - uma metáfora infinitamente expansível perfeitamente adequada para o nosso universo em expansão, um espelho quebrado, quebrado em inúmeros fragmentos, qualquer um deles sendo capaz de refletir, por um momento, o olho esquerdo e o nariz dos leitores, e também as estrelas brilhando nos mais distantes cantos da mais remota galáxia? (LE GUIN, 1986, p.113)

Esse ensaio de Le Guin, portanto, interessa-se em resgatar um potencial que os próprios autores de ficção científica da primeira metade do século XX deram conta de soterrar, mediante estereótipos sexualizados de alienígenas do sexo feminino, ou até mesmo de representações descomplicadas dos heroísmo nas guerras intergalácticas. Esse último aspecto, em particular, figurava como um dos grandes problemas da ficção científica para Ursula Le Guin. A ficção de autores como Isaac Asimov e H. G. Wells, despreocupada com a superficialidade de muitas de suas personagens, faziam com que, em ambos os autores, as personagens parecessem carecer da devida atenção que quem os escreve pode dar - resgatando as palavras de Woolf em “Sr. Bennet e Sra Brown” - às “coisas que [a personagem] diz e [às] coisas que ela faz e seus olhos e seu nariz e sua fala e seu silêncio, [os quais] dão conta de um fascínio irresistível, pois ela é, claro, o espírito com o qual vivemos, a vida como ela é” (WOOLF, 1924, p. 24). Resgatar a Sra. Brown na ficção científica significaria, portanto, segundo Le Guin, resgatar a vulnerabilidade desse personagens, descartar o heroísmo superficial, bem como redescobrir as conexões que as próprias personagens são capazes de fazer com o mundo ao seu redor.

O conceito de heroísmo, a história do botulismo

Assim sendo, é relevante recuperar a história do conceito de heroísmo enquanto um processo que passa pela ideia de uma masculinidade individualista e autossuficiente. Essa narrativa da “invulnerabilidade” do herói, do homem despido de suas dependências sociais, faz do flerte com a guerra - essa ação humana capaz de mobilizar um tremendo complexo metafórico envolto em violência e horror - um caminho possível e, supostamente, honroso. Dito isso, é necessário ir ao famoso ensaio de Le Guin, *A Teoria da Bolsa da Ficção*, escrito em 1986:

Na medida em que a cultura foi explicada como tendo tido sua origem e seu desenvolvimento no uso de longos e duros objetos para penetrar, esmagar e matar, eu nunca pensei que eu tinha, ou queria, partilhar de nada dela. (...) Querendo ser humana, também, eu procurei evidência de que eu era; mas se isso era o necessário,

fazer uma arma e matar por meio dela, então evidentemente eu era extremamente defeituosa enquanto ser humano, ou não era humana de forma alguma. (...) O que não significa, diga-se de passagem, que eu era uma humana não-agressiva ou não combativa. Eu sou uma mulher raivosa, envelhecendo, caminhando majestosamente com minha bolsa de mão, combatendo desordeiros. Contudo, eu não me considero, nem ninguém, heróica por agir assim. É apenas uma daquelas malditas coisas que você tem de fazer para poder continuar a coletar sementes de aveia e contar histórias. É a história que faz a diferença. É a história que esconde minha humanidade, a história que os caçadores de mamute contavam sobre esmagar, enfiar, estuprar, matar, sobre o Herói. A maravilhosa, venenosa história do Botulismo. A história do assassino. (LE GUIN, 1986, Loc3246-3257)

Na medida em que “ser humano”, como formulado por Le Guin, passa a ser determinado pela narrativa do herói, parece que tanto o conhecimento manual da construção de armas quanto o uso delas para a violência contra o outro passam a ser formulados enquanto essência humana. Le Guin rejeita esse entendimento da subjetividade humana. Para ela, a história primordial do heroísmo, da caça, do assassino carece do apelo que atravessa tantas outras histórias que contamos enquanto comunidades humanas. Mesmo que a raiva e o desejo atravessem nossas vidas, não será, para Le Guin, essa história do assassinato, da caça, do heroísmo que irá definir o seu papel enquanto contadora de histórias. É, na realidade, caminhando na contramão da “venenosa história do Botulismo” que Le Guin, uma vez mais, recupera os escritos de Woolf :

Quando ela estava planejando o livro que acabou se tornando *Três Guinéus*, Virginia Woolf escreveu um cabeçalho em seu caderno, “Glossário”; ela pensou em reinventar o inglês de acordo com um novo plano, de modo que pudesse contar uma história diferente. Uma das entradas neste glossário é o heroísmo, definido como “botulismo”². E o herói, no dicionário de Woolf, era a “garrafa”. O herói enquanto garrafa, uma rigorosa reavaliação. Eu agora proponho a garrafa como herói. Não apenas a garrafa de gim ou vinho, mas a garrafa em seu sentido mais antigo de recipiente em geral, uma coisa capaz de carregar outras coisas. (LE GUIN, 1986, Loc3225)

A ideia de heroísmo, que tanto incomodava Le Guin e Woolf, é, portanto, uma das ficções mais bem legitimadas na história da literatura e das sociedades humanas

² Aqui o jogo de palavras no inglês é de complicada tradução. Em uma instância formal, há o trocadilho entre *botulism* e *bottle*. Por outro lado, é necessário manter o botulismo como tradução para a entrada do glossário de Woolf, uma vez que o entendimento do heroísmo como doença será fundamental para o desenvolvimento do raciocínio de ambas as autoras com relação à mentalidade da guerra.

- presentes desde os primeiros poemas épicos, remontando inclusive às narrativas de caça desenhadas nas paredes pré-históricas. Le Guin, filha de antropólogos, quer transformar a “garrafa” em herói. Não de modo a emular as funções do heroísmo figuradas nas narrativas de caça, assassinato das presas e extermínio das tribos vizinhas, mas muito antes para reivindicar que, no princípio da sociedade, o heroísmo vem depois da coleta. O assassinato e a eliminação (“vitoriosa”) sobre a diferença vem depois da descoberta de como carregar diferentes coisas e colecionar diferentes sementes para replantá-las em locais adequados; vem também depois de descobrir que essas são sementes capazes, em suas particularidades, de gerar muitos frutos distintos.

Woolf, que viveu durante toda a Primeira Guerra Mundial e no entre guerras, nos alerta que a mentalidade do heroísmo de guerra, derivada diretamente do heroísmo das histórias de caça, é uma armadilha muito bem desenhada pelo patriarcado. Alinhada com o gesto que Le Guin nomeou como “lembrar-se da liberdade”, Woolf nos pede, em seu ensaio “Pensamentos de Paz Durante um Ataque Aéreo” (1939), que:

Tentemos fazer subir à consciência o hitlerismo subconsciente que nos subjuga. É o desejo de agressão; o desejo de dominar e escravizar. Mesmo na escuridão podemos ver isso se tornar visível. Podemos ver vitrines resplandecentes; e mulheres olhando, admiradas (...). São escravos que tentam escravizar. Se pudermos nos libertar da escravidão, libertaremos os homens da tirania. Os hitlers são gerados por escravos. (WOOLF, 1940, p. 125)

Essa ficção do indivíduo que é escravo de uma lógica de guerra, militarista, com efeito conclama a liberdade individual, mas esquece que quando se quer lutar pela nação, a guerra mais destrói do que constrói o coletivo. A liberdade se apaga diante do horror da guerra - não há vitória possível para a liberdade na medida em que para obtê-la se faz necessária a obliteração do outro, do diferente, do suposto “inimigo da nação”. Trata-se de lembrar que, uma vez, os judeus, homossexuais e negros já foram “inimigos da nação” alemã. E os cidadãos alemães, por sua vez, viraram inimigos das nações lutando “do lado correto da guerra”. Pensando assim, Woolf contesta a possibilidade de sequer haver um “lado correto da guerra”. Assim como Le Guin, ela não se mostra satisfeita ao apenas pontuar o problema, mas parece também deixar um caminho possível para a sua solução:

O jovem aviador lá no alto do céu é movido não apenas pelas vozes dos alto-falantes; ele é movido pelas vozes dentro dele mesmo - por instintos antigos, instintos nutridos e valorizados pela educação e pela tradição. (...) se é para compensar o homem jovem pela perda da glória e da arma, devemos conceder-lhes acesso a sentimentos criativos. Devemos criar felicidade. Devemos libertá-lo da máquina. Devemos tirá-lo da prisão e levá-lo para fora. Mas de que adianta libertar o jovem inglês se o jovem alemão e o jovem italiano continuarem escravos? (WOOLF, 1940, p. 126 - 127)

“Devemos criar felicidade”. A abstração da proposta pode desanimar quem lê a passagem acima, mas talvez seja necessário levar a sério a escolha de palavras de Woolf. Criar, ajudar a abrir o “acesso a sentimentos criativos” não consiste em uma proposta alienada, mas antes em um chamado profundamente consciente da maneira como só estarão aptos a criar felicidade aqueles capazes de reconhecer a interdependência do indivíduo perante o coletivo. É necessário reformular o que entendemos por heroísmo, pois essa noção vem mascarando há séculos o que há por trás de construções heróicas da individualidade, isto é, mascarando a maneira como dependemos, afetamos e nos relacionamos uns com os outros.

O deslocamento, portanto, do indivíduo para o coletivo é a chave para compreender a empreitada estética de quem quer alcançar em suas páginas a Sra. Brown. Trata-se de alcançar o espírito da vida, pois esse espírito precisa reverberar em seu contraste com a tantas vezes repetida história do heroísmo, uma história doente e capenga, a história do “botulismo”. Aqui, é importante reconhecer a dimensão na qual essa história fez parte do desenvolvimento da literatura em países como a Inglaterra, de onde escreve Woolf, e os Estados Unidos, de onde escreve Le Guin.

Individualismo e Interdependência: quando a Sra. Brown entra em cena na ficção

Para além de redimensionar a ideia do heroísmo, seria necessário repensar a ficção originária do indivíduo liberal, uma ficção escrita nos estudos sociais sobre o Estado de Natureza do ser humano de Thomas Hobbes (1588 - 1679), John Locke (1632 - 1704) e Jean Jacques Rousseau (1712 - 1778). A filósofa Judith Butler (1956 -) formula sua crítica a estas que ela propõe serem as mais importantes ficções legítimas do indivíduo liberal a partir do seguinte raciocínio:

(...) o indivíduo ao qual somos introduzidos no primeiro momento do humano, a inauguração do humano no mundo, é postulado como se ele nunca tivesse sido uma criança; como se nunca tivesse sido provido por alguém, nunca tivesse dependido de pai e mãe ou outras relações de parentesco, ou dependido de instituições sociais, de modo a sobreviver, crescer, e (supostamente) aprender. Esse indivíduo já foi escalado enquanto um gênero [masculino], mas não como uma atribuição social (...). A dependência foi, neste caso, removida da imagem do homem original (...). Ele surge da imaginação dos teóricos liberais, cara sortudo, como um adulto completo, sem relações, mas equipado de raiva e desejo, às vezes capaz de felicidade ou uma auto-suficiência que dependia de um mundo natural esvaziado de outras pessoas. (BUTLER, 2020, Loc468-Loc478)

O movimento principal dessa ficcionalização liberal do “primeiro indivíduo”, para Butler, consiste na problemática desabilitação da dependência como aspecto constitutivo dos seres humanos. Esse homem, adulto, autossuficiente, comum às três definições do Estado de Natureza encontradas nos três grandes teóricos do indivíduo liberal moderno não corresponde à realidade extrema de dependência na qual um bebê recém-nascido se encontra, para dar um exemplo apenas. É o contraste entre um adulto funcional, capaz de cuidar de si mesmo quando sujeito a algum tipo de doença ou situação desfavorável (isso porque foi cuidado por outros para que pudesse crescer e se desenvolver como tal adulto), e um recém-nascido aos prantos, inteiramente sujeito à violência ou ao cuidado daqueles que o tem nos braços - sejam estes o pai e a mãe, ou quaisquer outros indivíduos. Portanto, o apagamento dessa primeira instância de dependência, aliado à figuração de um desenvolvimento exclusivamente masculino do indivíduo liberal, corroboram para a construção da masculinidade em termos de seu desligamento da ideia de interdependência, uma ideia necessária para a compreensão das complexas redes de relações que estão por trás do dia a dia em sociedade. Essa história recontada por Butler sobre o indivíduo liberal não difere muito das histórias do assassinato e do heroísmo anteriormente citadas.

Dito isso, a desconsideração de nossa interdependência constitutiva, especialmente quando pensamos na masculinidade, passa diretamente por uma identidade construída segundo a mentalidade da guerra. Uma identidade calcada na competitividade, na meritocracia que não leva em conta as desigualdades sociais e da eliminação violenta daquilo que se apresenta enquanto o diferente - uma identidade radicada na “história do botulismo”. É nesse ponto que eu gostaria de retomar o pedido de Le Guin em minha epígrafe, pois não é em vão que ela afirma ser necessário encontrarmos escritoras e escritores capazes de “lembrar-se da liberdade”. Lembrar-se da liberdade enquanto ideia, conceito, esperança e objetivo. Lembrar-se da liberdade enquanto luta coletiva, irreduzível ao individualismo egóico de uma masculinidade que se crê, cega pela reputação de seu gênero, autossuficiente e capaz de viver a vida sem depender de nada nem ninguém. A mesma masculinidade que aparece nas entrelinhas de *O Quarto de Jacob*, romance que Woolf escreve em 1922 e que completa seu centenário neste ano de 2022, quando a movediça narração comenta sobre como

(...) a beleza dos rapazes parece estar para sempre esculpida em fumaça, por mais que persigam, cheios de vida, bolas de futebol ou arremessem bolas de críquete, dancem, corram ou marchem pelas estradas. Talvez estejam prestes a perdê-la. Talvez perscrutem os olhos de heróis em tempos remotos e tomem seus lugares entre nós com certo desdém, pensou ela (vibrando como corda de violino, a ser tocada e partida). (WOOLF, 1922, p. 119)

É no ato fugidio de esculpir suas personalidades – suas subjetividades, em última instância – que os rapazes se perdem com o olhar incapaz de se desvencilhar dos “heróis em tempos remotos” e da vontade de que um dia tomem seus lugares

no presente. Surge daí o desdém mencionado na passagem acima, do olhar voltado para as narrativas de heroísmo, botulismo herdado por Jacob e seus companheiros que agora se querem sujeitos a partir da identidade militar, soldados na guerra. Uma guerra que irá lhe ceifar a vida, como sabemos enquanto leitores ao final do romance. Essa identidade é construída, portanto, mediante a apatia ou rejeição das histórias que coletam o diferente e o tornam parte central de seus conteúdos - a prioridade é o espelhamento fugidio de um heroísmo que não permite o florescimento da vida no coletivo.

Le Guin reivindica essa histórias que fazem da garrafa, herói. Coletando diferenças e redescobrimo, reformulando, as relações entre humanos, alienígenas, animais, dentre tantas outras personagens, de modo a recuperar o valor que há em reconhecer nossa interdependência coletiva quando vivemos em sociedade. É o caso do breve romance *A Floresta é o Nome do Mundo* (1972), no qual Le Guin mostra a crua interferência colonialista de seres humanos do planeta Terra em um planeta inteiramente habitado por criaturas sem conhecimento acerca da guerra, sem nenhuma ocorrência de violência uns contra os outros, muito menos de assassinato. As palavras finais do romance, escritas para serem ditas pela boca de Selver, um dos nativos deste planeta, após toda a guerra que a violência colonizadora trouxe para aquela que é a sua casa, se desdobram em um poderoso recado sobre a maneira como nos damos conta de nossa interdependência:

Às vezes um deus vem”, disse Selver. “Ele traz uma nova maneira de se fazer uma coisa, ou uma nova coisa a ser feita. Uma nova maneira de cantar, ou uma nova maneira de morrer. Ele traz isso através da ponte entre o tempo-do-sonho e o tempo-do-mundo. Quando ele faz isso, está feito. Não podemos pegar coisas que existem no mundo e tentar enfiá-las de volta no sonho, prendê-las dentro do sonho com muros e fingimento. Isso é insanidade. O que é, é. Não há porque fingir, agora, que nós não sabemos como matar uns aos outros. (LE GUIN, 1972, p. 74)

Selver é um personagem cujas primeiras impressões, logo nas primeiras páginas do romance de Le Guin, parecem guardar muitas semelhanças com a Sra. Brown descrita por Woolf. Um personagem reservado ou, ao menos, com aparente passividade diante dos colonizadores que invadem seu planeta. Porém, um personagem que nos convida a olhar para a realidade mais ampla de uma cultura ininteligível em todas as suas nuances aos olhos dos violentos colonizadores. É, portanto, na jornada de Selver saindo do seu canto do vagão de trem, onde se via silencioso diante do colonizador, e voltando-se para a cultura planetária que o formou enquanto sujeito, que compreendemos o efeito cascata da violação cultural. O assassinato e a morte enquanto linguagem que comunica hierarquias de poder não faziam parte da cultura de Selver e dos outros nativos do planeta. A sua introdução forçada entre os habitantes daquele planeta se faz de modo a alterar os fundamentos da convivência entre aquelas

culturas. Sendo assim, até mesmo o invasor se mostra em relação de interdependência para com os colonizados, por assim dizer, pois são eles que sofrem as consequências da tentativa de apagamento radical da diferença. Consequências fatais.

Colonização, expansão brutal, domínio do território em função de uma ideia muito particular de progresso - palavra que invoca o par conceitual da civilização e da barbárie, no qual o civilizado é necessariamente o pólo positivo dessa lógica colonial. A própria Le Guin se atenta em outros de seus romances para os problemas de comissionar projetos que buscam melhorar o mundo (seja ele qual mundo for) a partir de uma ideia retorcida de progresso. No ano de 1971, por exemplo, a autora escreve o romance *A Curva do Sonho*, um livro que opera uma espécie de homenagem a outro grande autor de ficção científica, Philip K. Dick. Nesse romance, Le Guin parte de uma relação relativamente comum entre médico e paciente para narrar uma de suas histórias mais interessadas em desafiar linguisticamente os limites físicos da realidade. George Orr é um homem que sofre com problemas de sono, sempre que acorda descobre que seus sonhos modificaram a realidade e que ele é o único indivíduo na Terra que se lembra do mundo anterior à sua modificação. O seu psiquiatra, doutor William Haber, coordena, portanto, um tratamento para Orr que se utiliza do método da hipnose e descobre ser capaz de influenciar - em determinados momentos até controlar - os rumos dos sonhos de seu paciente. Em uma conversa entre os dois, Haber verbaliza seu entendimento do imperativo ético que guiaria a humanidade em direção a melhor versão de si mesma - uma noção de progresso, mesmo que idealizada:

- (...) na verdade, não é o propósito exato do homem na Terra... fazer as coisas, alterar as coisas, dirigir as coisas, criar um mundo melhor? Não!
- Qual é o propósito então?
- Não sei. As coisas não precisam ter um propósito, como se o universo fosse uma máquina na qual cada parte tem uma função útil. Qual a função de uma galáxia? Não sei se nossa vida tem um propósito e não acho que isso tenha importância. O que importa é que somos um componente. Como um fio no tecido ou uma folha de relva no campo. A relva *existe* e nós *existimos*. O que fazemos é como o vento soprando na relva. (LE GUIN, 2019, p. 103)

Com efeito, aqui, Le Guin desenha um personagem capaz de dar voz contrária ao impulso colonial que guia essa noção de progresso. Simultaneamente, a fala de Orr produz mais um eco na obra de Le Guin com as palavras de Virginia Woolf. Quando escreve “Um Esboço do Passado” (1938), ensaio autobiográfico publicado postumamente na coletânea *Momentos de Ser* (1976), Woolf elabora uma reflexão que, como afirma o professor Davi Pinho, pode ser pensada como uma hipótese filosófica nos escritos da autora (PINHO, 2015), distinguindo duas formas de engajamento perante a vida entre *moments of non-being* - nos quais compreendem-se o automatismo dos hábitos cotidianos, desde as rotinas de trabalho dos homens, até o modo como as mulheres

vitorianas organizam rotineiramente a mesa para o chá da tarde - e *moments of being* - nos quais se é acometido por um “choque” em que mente e corpo ficam atordoados e, no silêncio, constroem novos significados intuídos pela coleção particular de encontros com a diferença que cada indivíduo teve ao longo da vida. Sofrer esse “choque” é, simultaneamente, ter acesso a uma atemporalidade quanto conectar-se com a humanidade de maneira consciente - vislumbrar, se aproximar e, com efeito, tocar naquele “padrão por trás do algodão” (WOOLF, 1976, p. 72) que nos traz para perto uns dos outros. Está contido nessa passagem a intenção que Woolf subscreve a *Três Guinéus*, “fazer da unidade, multiplicidade” (WOOLF, 1938, p.108). Fazer parte de um todo enquanto componente, observar o “padrão por trás do algodão” e, finalmente, existir como “um fio no tecido ou uma folha de relva no campo”.

Entre a reformulação do impulso colonial, inundado pela lógica da guerra, e as palavras que justificam essas ações, há um mundo redimensionável no âmbito das palavras. Virginia Woolf, em 1937, no contexto de uma palestra radiofônica denominada *Craftsmanship*, pensa de maneira ampla como as palavras são limitadas historicamente e carregam em seu passado uma densidade de sentidos difícil de se recuperar e reconfigurar:

As palavras, as palavras inglesas, estão cheias de ecos, memórias, associações. Elas andam por todo o lado, nas bocas das pessoas, nas suas casas, nas ruas, nos campos, há séculos. A grande dificuldade em escrevê-las hoje em dia é porque vêm acumulando sentidos, memórias, e porque contraíram, entre si, tantos casamentos célebres no passado. (...) Juntar palavras novas a palavras velhas é fatal para a constituição da frase, para usarmos palavras novas de forma adequada é preciso inventar toda uma nova língua. (...) Neste momento, interessa-nos o que podemos dizer com a velha língua inglesa tal como ela está. Como fazer novas combinações de palavras velhas de modo a que elas sobrevivam, criem beleza, de modo a que digam a verdade? Essa é a questão. (WOOLF, 1937, p. 5)

Ambas Woolf e Le Guin são artesãs da língua, buscando costurar e remendar as palavras da “velha língua inglesa” umas às outras, resgatando e dialogando com toda a sua amplitude histórica. Qualquer verdade que aqui, aparentemente, possa ser encontrada, decorrerá do entendimento de que até mesmo a palavra ‘verdade’ é atravessada por suas fronteiras históricas sufocantes. No entanto, parece ser necessário desvincular as palavras de sua imobilidade aparente, evitando estancar diante do fluxo contínuo de significados que uma verdade reconhecida pela escrita daquelas que fazem “da unidade, multiplicidade” demanda de seu público leitor. É por esse viés que podemos ler, por exemplo, a frase de abertura do aclamado romance de Le Guin, *A mão esquerda da escuridão* (1965), quando o Enviado da organização interplanetária Ekumen para o planeta Gethen inicia seu relato antropológico sobre a sociedade com a qual vêm convivendo há dois anos pela seguinte ponderação: “Farei um relato como

se contasse uma história, pois quando criança aprendi, em meu planeta natal, que a Verdade é uma questão de imaginação” (LE GUIN, 2019, p. 21).

Dessa maneira, a caminho de uma conclusão provisória, pois as ramificações da leitura conjunta de Le Guin e Woolf são muitas, gostaria de retomar dois trechos filosóficos que complementam significativamente nosso raciocínio até aqui. O primeiro trecho é da já mencionada Rosi Braidotti, no qual a filósofa afirma que a

Diferença como positividade implica um processo múltiplo de transformações, um jogo de complexidades que expressam o princípio do não-Um. Sendo assim, o sujeito pensante não é a expressão de uma interioridade profunda, nem a encenação de modelos transcendentais de consciência reflexiva. É uma assembleia coletiva, um ponto de transmissão para uma complexa rede de relações que desloca a centralidade de noções egoicas de identidade. (BRAIDOTTI, 2011, p. 151)

Dessa maneira, deslocar o significado da Diferença do polo negativo, recorrente nas histórias do heroísmo, em direção ao pólo positivo de seu valor fundamental para o senso coletivo que quero recuperar nos escritos de Woolf e Le Guin, é, com efeito, reivindicar a ficção como possibilidade de escrita de nossa interdependência. Escrita essa interessada no “jogo de complexidades” mobilizado por ideias que pensam a construção do sujeito a partir de uma “assembleia coletiva”, não das individualidades autossuficientes veiculadas por determinado tipo de heroísmo. Braidotti, neste trecho, se quer filósofa dessa realidade mais ampla que Woolf e Le Guin partilham enquanto escritoras – trata-se de embarcar em reflexões que, de fato, mobilizem o conceito de liberdade, de modo a reivindicá-lo para um convívio radical com a diferença e com suas respectivas ramificações.

O segundo trecho com o qual concluo minhas ponderações foi escrito pela filósofa e bióloga Donna Haraway, refletindo sobre a maneira como somos atravessados pelas histórias que lemos, pelas ideias com as quais temos contato. Em sua formação interdisciplinar, Haraway sempre se mostrou interessada na reivindicação de linhas narrativas que, com efeito, dessem conta das múltiplas conexões entre pessoas, tecnologias, animais e outros extremos de um contínuo de diferença radical. Dessa maneira, é como que chegando a um ápice que ela formula o raciocínio de que

Nos importa quais assuntos usamos para pensar outros assuntos; nos importa quais histórias contamos para contar outras histórias; nos importa quais nós dão nós, quais pensamentos pensam pensamentos, quais descrições descrevem descrições, quais laços façam laços. Nos importa quais histórias constroem mundos, quais mundos constroem histórias. (HARAWAY, 2016, p. 12)

“(…) nos importa quais histórias contamos para contar outras histórias”. Essa é uma frase de Haraway que a coloca diretamente na posição de quem foi leitora tanto de Woolf, quanto de Le Guin. Suas ideias estão imbuídas dessas histórias que ela tantas vezes leu. Por sua vez, Le Guin foi, também, leitora de Woolf e, em algum momento, se deixou atravessar por seu pacifismo, reformulando-o em seus próprios termos, pertinentes à ficção científica. Proponho que nós, também, nos lembremos de falar enquanto leitores dessas histórias, pois elas afetam diretamente a maneira como nos construímos no mundo. Aos heróis, que reste o ego vazio de seus respectivos individualismos. Ao restante de nós, que nos tornemos todos e todas escritores de uma realidade mais ampla, capazes de lembrar da liberdade enquanto assembleias coletivas nas páginas de nossos livros, bem como nas paragens do nosso cotidiano.

Referências Bibliográficas:

BRAIDOTTI, Rosi. *Nomadic Theory: The portable Rosi Braidotti*. New York: Columbia University Press, 2011.

BUTLER, Judith. *The Force of Non-Violence*. London: Verso, 2020. E-book Edition.

HARAWAY, Donna. *Staying with the trouble: making oddkin in the Cthulucene*. Durham: Duke University Press, 2016.

LE GUIN, Ursula K. *A Curva do Sonho* (1971). Trad. Heci Regina Candiani. São Paulo: Editora Morro Branco, 2019.

_____. “Carrier-Bag Theory Fiction” [1986]. IN: *Dancing at the Edge of the World*. New York: Grove Press, 1989.

_____. *A mão esquerda da escuridão*. Trad. Marcela Capista Cantuária. São Paulo: Editora Aleph, 2019.

_____. Science-Fiction and Mrs. Brown. IN: *The Language of the Night: Essays on Fantasy and Science Fiction*. New York: Harper Perennial, 1993.

_____. *The Word for World is Forest* (1972). Acesso em <theanarchistlibrary.org>

PINHO, Davi. A conversa como um “método” filosófico em Virginia Woolf. In: PINHO, D.; OLIVEIRA, M.; NOGUEIRA, N. (Orgs.). *Conversas com Virginia Woolf*. Rio de Janeiro: Ape’ku, 2020. p. 11-31

PINHO, Davi. *Imagens do feminino na obra e vida de Virginia Woolf*. Curitiba: Appris, 2015.

WOOLF, Virginia. A Sketch of the Past. In: WOOLF, Virginia; SCHULKIND, Jeanne (Ed.). *Moments of Being* (1976). London: Harcourt Brace and Company, 1985. p. 64-159

_____. *Craftsmanship – um passeio à volta das palavras* (1937). Trad. Cátia Sá. Acesso em: <https://chaodafeira.com/wp-content/uploads/2015/05/cad34.pdf>

_____. *O quarto de Jacob* [1922]. Tomaz Tadeu (trad.). Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2019.

_____. Pensamentos Sobre a Paz Durante um Ataque Aéreo (1940). In: WOOLF, Virginia. *As mulheres devem chorar... ou se unir contra a guerra: patriarcado e militarismo*. Trad. Tomaz Tadeu. Belo Horizonte: Autêntica, 2019. p. 123-129.

_____. *Três Guinéus* [1938]. Trad. Tomaz Tadeu. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2019.

_____. “Mr. Bennett and Mrs. Brown” (1924). Acesso em: <http://www.columbia.edu/~em36/MrBennettAndMrsBrown.pdf>

Recebido em 18/03/2022.

Aceito em 27/04/2022.